

3 Construtos

3.1. Introdução

No transcorrer da primeira metade do século XX, a visão predominante atribuía à escolarização papel central na construção de uma nova sociedade, justa, moderna, aberta e democrática, na qual a escola pública e gratuita garantiria o acesso à educação, e, conseqüentemente, à igualdade de oportunidades. Foi, entretanto, no contexto da democratização do acesso à escola fundamental, e do prolongamento da escolaridade obrigatória, que se tornou evidente o problema das desigualdades de escolarização entre os grupos sociais. O otimismo marcante do período anterior foi substituído por uma postura de cunho mais pessimista embasada pela divulgação de uma série de *surveys* educacionais que mostravam a influência da origem social nos resultados escolares, ou seja, a forte relação existente entre desempenho escolar e origem social (classe, etnia, sexo, local de moradia, entre outros). Entre essas pesquisas, o Relatório Coleman (1966) constitui um marco na ruptura com a visão otimista de construção de uma sociedade igualitária por meio da educação para todos. Em particular, os estudos de Bourdieu (1977; 1983) acentuaram essa dimensão em que a origem social dos alunos se constitui em desigualdades escolares. Bourdieu e Coleman introduziram o conceito de capital na análise social para referir-se não apenas à sua forma econômica, mas também à sua forma cultural e social. O termo da área econômica “capital” foi utilizado por estes sociólogos no estudo das desigualdades escolares, como metáfora para discorrer sobre as vantagens culturais e sociais que indivíduos ou famílias possuem e, via de regra, os conduzem a um nível sócio-econômico mais elevado. A problemática que leva Bourdieu e Coleman a uma concepção ampliada do conceito de capital repousa, fundamentalmente, sobre evidências empíricas que apontam as limitações do conceito de capital econômico para explicar plenamente a ligação entre nível sócio-econômico e bons resultados educacionais, o que os faz considerar que

outras formas de capital, tais como o capital social e cultural, que contribuem diretamente e interagem com o capital econômico para fortalecer essa relação (Bonamino & Franco, 2004).

Nos sub capítulos a seguir desenvolve-se os conceitos relativos as abordagens sociológicas, “capital cultural”, “capital social” e “capital econômico”, desde a perspectiva de Bourdieu e Coleman.

3.2. Capital cultural em Bourdieu

O termo “capital cultural” foi criado por Bourdieu (1977; 1983). Para Bourdieu o processo inicial de acumulação do capital cultural começa inconscientemente desde a origem, sem atraso, sem perda de tempo, pelos membros das famílias que possuem capital cultural. Nestas famílias, o tempo de acumulação abarca praticamente todo o processo de socialização.

Bourdieu afirma que o capital cultural pode existir sob três formas: estado incorporado, estado objetivado e estado institucionalizado.

Cabe observar que, do ponto de vista de Bourdieu, o capital cultural constitui (sobre tudo na sua forma incorporada) o elemento da bagagem familiar que teria o maior impacto na definição do destino escolar. Em primeiro lugar, a posse de capital cultural favoreceria o desempenho escolar na medida em que facilitaria a aprendizagem dos conteúdos e códigos escolares. As referências culturais, os conhecimentos considerados legítimos (cultos apropriados) e o domínio maior ou menor da língua culta, trazidos de casa por certas crianças, facilitariam o aprendizado escolar na medida que funcionariam como uma ponte entre o mundo familiar e a cultura escolar. A educação escolar, no caso de crianças oriundas de meios culturalmente favorecidos, seria uma espécie de continuação da educação familiar, enquanto para as outras crianças significaria algo estranho, distante ou mesmo ameaçador. Em segundo lugar, a posse de capital cultural favoreceria o êxito escolar, porque propiciaria um melhor desempenho nos processos formais e informais de avaliação. Bourdieu observa que a avaliação escolar vai muito além de uma simples verificação de aprendizagem, incluindo um verdadeiro julgamento cultural e até mesmo moral dos alunos. Cobra-se que os alunos tenham um estilo elegante de falar, de

escrever e até mesmo de se comportar; que sejam intelectualmente curiosos, interessados e disciplinados; que saibam cumprir adequadamente as regras da “boa educação”. Essas exigências só podem ser plenamente atendidas por quem foi previamente (na família) socializado nesses mesmos valores.

O capital cultural no seu estado incorporado, não pode ser transmitido instantaneamente por doação ou transmissão hereditária, por compra ou troca. Pode ser adquirido, de maneira totalmente dissimulada e inconsciente, e permanece marcado por suas condições primitivas de aquisição. Desse modo, a internalização pressupõe um trabalho de inculcação e de assimilação que exige investimentos de longa duração, para tornar essa forma de capital parte integrante da pessoa.

No estado objetivado, o capital cultural existe sob a forma de bens culturais, tais como esculturas, pinturas, livros, etc. Para possuir os bens econômicos na sua materialidade, é necessário ter simplesmente capital econômico, o que se evidencia na compra de livros, por exemplo. Todavia, para apropriar-se simbolicamente destes bens é necessário possuir os instrumentos desta apropriação e os códigos necessários para decifrá-los, ou seja, é necessário possuir capital cultural no estado incorporado.

No estado institucionalizado, o capital cultural materializa-se através dos diplomas escolares. O capital cultural institucionalizado se dá basicamente sob a forma de títulos escolares. Bourdieu (1998) observa, também, que o grau de investimento na carreira escolar está vinculado ao retorno provável que se pode obter com o título escolar, não apenas no mercado de trabalho, mas também nos diferentes mercados simbólicos, como o matrimonial, por exemplo. Esse retorno, ou seja, o valor do título escolar, pode ser alto ou baixo; quanto mais fácil o acesso a um título escolar, maior a tendência à sua desvalorização. É o que Bourdieu chama de “inflação de títulos” (Nogueira & Nogueira, 2002).

3.3. Capital social baseado na família

Coleman (1988) compartilha da perspectiva que aborda o papel das famílias na construção de capital social sob dois ângulos. O primeiro examina a construção do capital social no interior das redes familiares e a importância disto

para o desenvolvimento individual, especialmente para o desempenho escolar dos filhos. O segundo ângulo focaliza o papel das famílias na construção de capital social extrafamiliar, ou seja, em redes sociais fora do lar. A primeira abordagem lança luz sobre os contextos tipicamente privados, informais, intensos e duráveis das relações familiares.

Como parte dessa análise, Coleman (1988) examina os aspectos da vida familiar que parecem cruciais para o capital social. Especialmente importante para as medidas de capital social baseado na família é a força das relações entre pais e filhos, o que depende da presença física de adultos na família e da atenção dada pelos adultos às crianças.

Em particular, o trabalho de Coleman mostra a importância do capital social dentro da família para a educação dos filhos. O exemplo a seguir ilustra o significado do que é e de como opera o capital social baseado na família. Segundo Coleman, investigações realizadas em um distrito educacional americano revelaram que famílias asiáticas compravam livros didáticos em duplicata, um dos quais era usado para o aprendizado das mães, com o propósito de melhor apoiar a escolarização dos filhos. Este é um caso no qual o nível educativo dos pais é baixo, mas o capital social disponível na família para a educação dos filhos é extremamente alto.

É possível perceber, nesse exemplo, um aspecto interessante. O capital social não pode ser entendido apenas como o apoio recebido, uma vez que mobilizar a rede de apoio social é parte integrante deste conceito. No exemplo mencionado, as famílias asiáticas eram consideradas portadoras de capital social “extremamente alto”, porque o movimento para adquirir material didático suplementar mostra exatamente a mobilização da rede de apoio social. Isso representa muito mais que um simples apoio às tarefas escolares realizadas em casa (Nogueira & Nogueira, 2002).

3.4. Capital econômico

Coleman (1988) define o capital econômico tanto como renda e riqueza material como em termos dos bens e serviços a que ele dá acesso. Este autor considera o capital econômico como um dos fatores relacionados ao contexto

familiar que influencia o desenvolvimento da criança. Nesse sentido, é plausível esperar que famílias que têm capital econômico elevado proporcionem a seus filhos acesso a excelentes instituições de ensino, a viagens de estudo; além de cuidados cotidianos como a presença permanente de um dos pais durante os anos de escolarização e a garantia de um local apropriado para estudar (Bonamino & Franco, 2004).